

A URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA

MASS, Bárbara Holzmann

Autora do trabalho. Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

barbarahmass@gmail.com

BARROS, Solange Barbosa de Moraes

Co-autora do trabalho. Doutora em Serviço Social, Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG).

solangebarros@brturbo.com.br

Resumo

Este estudo, de revisão bibliográfica, busca apresentar a relação entre violência e déficit de infra-estrutura urbana, serviços básicos e opções de lazer para crianças e adolescentes, entretanto sem afirmar que há uma relação direta entre violência e pobreza. O espaço público é elemento chave que articula os diferentes interesses daqueles que formam a cidade. Há uma urbanização excludente baseada nas desigualdades sociais e econômicas, impulsionada por um contexto secular de concentração de renda e poder. A urbanização se realiza sem justiça social. A divisão espacial entre o que se considera cidade formal e informal é clara, cada uma recebendo tratamentos diferenciados do poder público através das políticas públicas. Essa separação alimenta a segregação, a perda dos direitos de cidadania e a violência. A reação às carências territoriais por parte da população, principalmente jovem, pode ocorrer através da violência. O envolvimento de crianças e adolescentes em atividades de lazer é importante para a formação pessoal e social dos mesmos na criação da consciência coletiva. Deve-se atentar para a importância do espaço público como elemento de articulação e coesão de interesses sociais e de cidadania sem os quais não será possível construir um modelo de cidade que atenda aos valores da democracia.

Palavras-chave: urbanização excludente, violência, crianças e adolescentes, lazer.

Introdução

Ao contrário do que muitos pensam, a violência não é uma ação, e sim, uma reação. O ser humano não a comete sem um motivo, ela é produzida como um último recurso que tenta restabelecer o que é justo pela ótica do agressor. Ela é um sintoma de várias doenças sociais, as quais serão citadas neste trabalho de revisão bibliográfica.

O presente trabalho visa focar o problema da violência a partir de uma perspectiva territorial, analisando as carências territoriais na periferia das cidades, a estrutura de oportunidades apresentada para a população jovem e a relação com a falta de espaços públicos de lazer.

Uma pesquisa promovida pela Organização Mundial de Saúde, avaliando a vulnerabilidade às drogas dos jovens residentes em áreas periféricas, mostrou a coexistência territorial entre falta de equipamentos de lazer e cultura, e altos índices de violência. Defende-se recorrer a atividades de lazer, cultura e esportes destinados à população para inibir o uso de energias e tempo gastos em violências e no uso de drogas (Cardia & Shiffer, 2000). Estudos da UNESCO constataram que a violência juvenil no Brasil oscila durante a semana e aumenta nos finais de semana, sendo a arte, a cultura, a educação para a cidadania, o esporte e o lazer apontados como elementos estratégicos para enfrentar e combater a violência (Castro et al, 2001).

Espaço urbano

O processo de urbanização crescente, com o aumento da população urbana, não foi acompanhado pelo investimento necessário em infra-estruturas, gerando grandes desníveis na ocupação do solo entre as áreas centrais, que concentram benefícios, e as áreas periféricas, com bolsões de pobreza e falta dos serviços básicos. As diferenças sociais, econômicas e culturais, existentes na sociedade capitalista, espacializam-se formando o território da cidade.

Grupos dominantes e elitizados usufruem mais vantagens territoriais, pois moram em regiões mais valorizadas pelo poder público, possuindo assim ruas pavimentadas, sistema de esgoto, fácil acesso ao transporte coletivo, proximidade do centro. A espacialização da cidade confirma as diferenças sociais existentes e as reforça, tornando-se espaciais e sociais. O espaço oprime e exclui, havendo uma urbanização excludente baseada nas desigualdades sociais e econômicas e em um contexto de forte concentração de renda e poder. Assim há uma urbanização sem urbanidade, sem justiça social (Ferreira ET AL., 2008).

Segundo Maricato (1996), as cidades cresceram de forma difusa e segregada. A circulação e interação entre diferentes classes sociais foram minimizadas e a segregação territorial fragmentou a cidade através da construção de bairros fechados e centros especializados de comércio e serviço. Há uma divisão espacial entre aquilo que se considera a cidade formal (regularizada e que recebe investimentos governamentais) e aquela informal (periferias à margem das oportunidades territoriais), levando ainda a um tratamento diferenciado por parte do poder público na aplicação dos critérios de intervenção urbanística em ambos os espaços.

Essa separação alimenta o que Caldeira (2007) denomina de ritual cotidiano de segregação; alimenta a perda dos direitos de cidadania e de ordem democrática, e a violência. A igualdade de direitos entre grupos sociais distintos fica claramente questionada através de uma organização do território que segrega através de muros e fronteiras (físicas ou psicológicas), isso minimiza deliberadamente as superposições entre grupos sociais ou encontros entre pessoas de distintas características sociais, debilitando o papel da comunidade na forma de construir a cidade e aumentando a violência. O papel do espaço público é essencial como elemento que articula os diferentes interesses daqueles que formam a cidade.

As periferias das cidades são locais desvalorizados, marcados pela ausência do Estado e das instituições públicas. São espaços segregados, onde a infra-estrutura urbana de equipamentos e serviços é precária e/ou insuficiente e as oportunidades limitadas. Isso

porque segregação sócio-espacial e periferização são fatores de exclusão e que promovem menores oportunidades de inserção por parte da população ali residente.

Periferia é caracterizada por Santos (2002) como locais mais distantes das regiões centrais, na maioria das vezes com déficit de infra-estrutura e excesso populacional. São áreas geralmente desvalorizadas pela distância das regiões centrais e escassez de transportes, falta de água canalizada, rede de esgotos e iluminação pública. Também possui alguns loteamentos irregulares, sendo caracterizada também pelo desmatamento, ocupação em áreas de risco, autoconstrução entre outros.

A estrutura de oportunidades dos territórios periféricos é marcada por: reduzida atividade econômica; desemprego; falta de oportunidades de trabalho e de geração de renda; precariedade da infra-estrutura urbana; ausência e/ou dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos; distância dos empregos; precariedade da habitação e situação fundiária indefinida. Essa estrutura não propicia o desenvolvimento humano nem as potencialidades de seus moradores, colaborando para o desenvolvimento de comportamentos violentos em busca dos direitos básicos de todo cidadão (Ferreira ET AL, 2008).

Cardia (1998) e Santos (2002) mencionam, em seus estudos, que a violência urbana não se faz igualmente presente em todas as áreas das cidades, sendo as mais violentas aquelas que, do ponto de vista físico, caracterizam-se por terem pouca infra-estrutura, e assim menos oportunidades aos seus moradores.

A falta de acesso aos direitos sociais existentes na Constituição Federal (1988), estabelecidos no artigo 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988, P. 21) é um dos fatores que contribui com a prática da violência pelos indivíduos afetados. A desigualdade no acesso aos direitos sociais somada à pobreza da população parece aumentar os riscos de áreas periféricas serem contextos preferenciais de crimes violentos, pois é comum a violência se manifestar em territórios de segregação, onde ocorre: omissão do estado; quebra do contrato social; falta de acesso à saúde, à cidadania e às infra-estruturas urbanas.

Equipamentos de lazer no espaço urbano e desenvolvimento dos jovens

Com o crescimento desordenado das cidades, agrava-se o isolamento de seus habitantes. As ruas e a maioria das praças das grandes cidades são concebidas, quase sempre, unicamente como locais de acesso e passagem. Sobre pouca, ou quase nenhuma, oportunidade espacial para a convivência.

Segundo Silva (2002), a cidade cresce de forma desordenada, sem critérios e sob olhar, muitas vezes, distante do poder público, colocando em risco os recursos naturais existentes e impondo limites às outras necessidades humanas, como o espaço para morar, para o lazer, para a convivência na sociedade. É preciso humanizar as cidades para que proporcionem aos seus habitantes a possibilidade e a facilidade para a prática do lazer.

As camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia e, portanto, afastadas dos serviços e equipamentos – justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para as quais o transporte adicional é muito desgastante e caro. Nesse processo, encontramos cada vez menos locais, na periferia, para brincadeiras infantis, para o futebol de várzea ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais.

Em regiões periféricas, os investimentos privados em equipamentos de lazer e cultura não são estimulados pelo mercado e os investimentos públicos são pouco diversificados, pela falta de interesse político nessas regiões. Para Muller (2002), os espaços e equipamentos de lazer não recebem a atenção necessária por parte das políticas públicas porque ainda não são valorizados nem entendidos como essenciais. A contribuição social, por sua vez, está diretamente relacionada à oferta de espaços que propiciam o lazer da população, dentre os quais os de caráter público são os mais importantes por possibilitaram o acesso, sem restrições, a qualquer pessoa. A revitalização da cidade, praças e áreas verdes, e a introdução de formas de identificação social e pertencimento (ou seja, criar possibilidades de inclusão) podem coibir a violência real das ruas que ameaça a vida cotidiana.

Assiste-se, cada vez mais freqüente e assustadoramente ao aumento brutal da violência. Atribui-se que a violência acontece muito mais nos bairros onde não existem alternativas de lazer e infra-estrutura, e que se intensifica nos fins de semana, quando os jovens possuem mais tempo livre. O lazer, promovido pelos espaços vazios no meio urbanizado, é de grande importância para o desenvolvimento da cultura da criança e do adolescente.

Segundo Castelli (2001), o lazer possui três funções: (1) o *descanso*, reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões diárias; (2) o *divertimento* que favorece a ruptura com o atual ritmo de vida oprimido – jogos, esportes, viagens; e (3) o *desenvolvimento* da personalidade através da participação em diversas atividades livremente escolhidas. Esses três fatores colaboram com a saúde mental da população e proporcionam o desenvolvimento de uma consciência coletiva.

É significativa a incidência de casos de violência envolvendo crianças e adolescentes, jovens das periferias dos centros urbanos. Isto porque um indivíduo em formação torna-se mais vulnerável. O envolvimento de crianças e adolescentes em atividades de lazer pode

impedir o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, sendo de grande importância para o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos (MULLER, 2002). Equipamentos de lazer trazem saúde física e psicológica a seus usuários, colaborando para a redução de estresses cotidianos e desenvolvimento pessoal dos mesmos através do convívio social.

Observamos que, atualmente, as redes sociais de suporte são desconstruídas ou fragilizadas, dando espaço para a constituição de vulnerabilidades sociais, que atingem os segmentos colocados à margem da sociedade, dentre os quais podemos citar os jovens. A vulnerabilidade dos jovens resultaria da interação entre as condições apresentadas pelo território e as características sociais, econômicas, culturais e políticas da população do lugar.

Nesse contexto, os jovens são os mais atingidos, também porque são poucas as alternativas de lazer e entretenimento. Nessa faixa etária, atividades dessa natureza são fundamentais para a formação e para a transição para a vida adulta, pois são importantes para a formação pessoal e social dos mesmos na formação da consciência coletiva, podendo impedir futuros atos violentos contra a sociedade.

Como evidência da necessidade do lazer pela população, vê-se, em locais desprovidos desses equipamentos, a conquista dos mesmos coletivamente através do fechamento de ruas, bares clandestinos e campos de futebol improvisados. Segundo Silva (2004), escolas, por meio das práticas esportivas e/ou lúdicas, resgatam brincadeiras e jogos recreativos para serem praticados nos diferentes espaços urbanos. Isso promove uma ruptura com o ritmo de vida oprimido atual e desenvolvimento da personalidade através da participação em diversas atividades livremente escolhidas.

Sendo assim, com relação a crianças e adolescentes, é preciso estabelecer maiores oportunidades de acesso a equipamentos de lazer, aproveitando os espaços vazios das cidades e gerando, com isso, oportunidades de desenvolvimento individual e social. Não se podendo ser esquecida, também, a responsabilidade intransferível do Estado em prover estes espaços, além das infra-estruturas básicas, especialmente nas periferias.

Considerações Finais

O processo de urbanização crescente tem efeitos nocivos para a estrutura das cidades. Historicamente, a ação predatória, motivada pelos interesses imediatistas, ocasiona problemas que afetam a qualidade de vida e o lazer da população, contribuindo com a violência e a falta de segurança.

Freire (2005), em sua pesquisa, conclui que não há sistemas de lazer implantados ou que tenham recebido tratamento adequado. Os espaços coletivos, quando existem, não são seguros ou mantidos em condições de uso. O ambiente não permite o prazer estético, muitas vezes sendo carregado de conotações que simbolizam a desvalorização que se atribui aos seus moradores. Deve haver um plano de manutenção e conservação dos espaços públicos.

O estudo aponta uma forte relação entre a violência e o déficit de infra-estruturas, equipamentos e serviços básicos a partir do histórico da prática da administração pública, tradicionalmente injusta com algumas áreas da cidade. Não se pode afirmar que há uma relação natural entre pobreza e violência, e sim com variáveis como as condições de oferta de infra-estrutura básica, saneamento, coleta de lixo, ocupação irregular e ilegal do solo e ausência de opções de lazer para crianças ou jovens. Deve-se atentar para a importância do espaço público como elemento de articulação e coesão de interesses sociais, comunitários e de cidadania sem os quais não será possível construir um modelo de cidade que atenda aos valores da democracia.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1998). São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CALDEIRA, T.P.R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDYSP, 2000.
- CARDIA, N. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, P.S. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. São Paulo: Garamond, 1998.
- CARDIA, N.; SHIFFER, S.R. *Urbanization, youth and risk factors for substance abuse: São Paulo secondary data analysis*. São Paulo: World Health Organization, 2000. (Relatório de pesquisa)
- CASTELLI, G. *Turismo: atividade marcante*. 4.ed. Caixas do Sul: EDUCS, 2001.
- CASTRO, G.C. (coord.); ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G; ANDRADE, E.R. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza*. Brasília: UNESCO/Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001. 593p.
- COSTA, F.O. *Lugar da violência: Tipologias urbanas e violência em Salvador*. In: Editais temáticos – Segurança Pública. Salvador, 2004.
- FERREIRA, I.C.B.; VASCONCELOS, A.M.N.; PENNA, N.A. *Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxumba, 2008.
- FREIRE, H. B. *Sistemas de Lazer e Violência Urbana: Estudo da Relação no Município de Piracicaba – SP*. Piracicaba, 2005. Tese (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- MARCELLINO, N. C.; BARBOLSA, F. S.; MARIANO, S.H. *As cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer*. Piracicaba: Impulso, 2006.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo ilegalidade, desigualdade e violência*. Estudos Urbanos Série Arte e Vida Urbana. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.
- MULLER, L. P. C. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- SANTOS, A. C. V. R. *Os locais de cultura, esporte e lazer destinados a juventude e a violência da Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: NEV/USP, 2002. (Relatório final de pesquisa. Projeto CEPID I – Monitoramento de Violações de Direitos Humanos, processo, 02/02132-7).
- SILVA, A. S. Lazer nos espaços urbanos. In: *Revista Eletrônica da AGB Seção Três Lagoas – MS*. Três Lagoas, v.1, n.1, ano 1, 2004.
- SILVA, M. A. *Percepção da paisagem e planejamento no distrito de Brasilândia – SP*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

